



Arqueologia e Sociedade. Desafios da Arqueologia no século XXI¹

Manuela Martins

A arqueologia é hoje uma área de conhecimento que desempenha um importante papel na compreensão do passado, na construção da memória coletiva e na gestão do património. Contudo, a sua importância académica, social e económica é assaz variável consoante os países, algo que decorre de tradições de investigação heterogéneas, do maior ou menor protagonismo que assumiu no processo de afirmação dos diferentes estados-nação, mas, sobretudo, do seu diferencial desenvolvimento ao longo do século XX.

Apesar da diversidade dos percursos nacionais da Arqueologia estamos perante uma área do conhecimento que sofreu uma radical evolução nas últimas décadas, ao transformar-se, também, numa atividade profissional, com significativos impactos sociais, sobre os quais vale a pena refletir.

É isso que procuraremos fazer, começando por definir o que é a arqueologia, estabelecendo de seguida as diretrizes da sua evolução, particularmente nas últimas décadas, para nos determos na sua atual relevância social. Finalmente esboçaremos alguns dos desafios que enfrenta, quer como disciplina académica, quer como praxis profissional.

Precisemos, então, o âmbito de ação da Arqueologia.

A arqueologia pode ser definida como o domínio científico que, a partir de metodologias consignadas, estuda a diversidade do comportamento humano, usando os vestígios físicos do passado, aos quais subjazem processos socio-culturais que lhes deram sentido, que os arqueólogos procuram interpretar. Como disciplina científica a arqueologia lida com três domínios fundamentais da construção social: a cultura material, reveladora de comportamentos individuais e coletivos e da construção da realidade; os lugares, que nos remetem para a relação das comunidades com o meio ambiente e o tempo, eixo diacrónico que permite avaliar e compreender a natureza das mudanças.

Tendo como objeto os materiais do passado, a arqueologia opera sempre no presente, orientada por questionários que se foram configurando em sucessivas realidades sociais e académicas. Por isso, o objetivo da arqueologia não é a recuperação da memória, mas a construção ativa da mesma, feita num presente sempre social e ideologicamente comprometido. É essa profunda relação da arqueologia com o presente, diríamos, com todos os presentes, que lhe permite alterar as suas interrogações sobre os dados que analisa e as questões que se propõe resolver.

Por isso, a arqueologia tem uma dupla dimensão social e política. A primeira resulta, não da sua capacidade para reconstruir o passado de forma objetiva, coisa que não existe, mas da possibilidade que tem de demonstrar a diversidade das histórias culturais de todas as sociedades. Já a sua dimensão política alicerça-se no facto da prática arqueológica se realizar no contexto dos estados-nação, as unidades básicas de organização dos tempos históricos, que reclamam do passado referentes culturais que permitam estabelecer sistemas identitários diferenciadores. São esses referentes, tangíveis e intangíveis, que sustentam as práticas discursivas da construção da memória coletiva e, mais recentemente, a valorização do património cultural das nações.

Desde a sua afirmação como disciplina científica, em meados do século XIX, a arqueologia alterou conceitos operativos, redefiniu objetivos e estratégias, refinou metodologias, desenvolveu técnicas e mudou os seus paradigmas interpretativos. Sumariamente podemos considerar que a evolução da disciplina conheceu três momentos principais. O primeiro, articula-se com a sua

institucionalização e afirmação acadêmica, quando começou a ser leccionada nas universidades, permitindo criar uma primeira geração de profissionais, que contribuíram para que a arqueologia ultrapassasse o amadorismo que caracterizou os seus primórdios. O segundo, corresponde à consolidação científica moderna da disciplina, no âmbito da nova arqueologia, de matriz neo positivista, que renovou conceitos e questões, mas também as suas bases metodológicas. O terceiro momento iniciou-se nos finais dos anos 70 do século XX, afirmando-se nas décadas seguintes, definindo uma nova institucionalização da disciplina, ao acrescentar à sua vertente académica uma outra, claramente profissional.

As condições de emergência desta nova situação inscrevem-se nos compromissos que a arqueologia assumiu com a avaliação dos impactos ambientais, com a gestão do património e com o ordenamento do território, em resultado do desenvolvimento económico das nações e das normativas internacionais produzidas a partir do pós guerra, que foram sendo impostas à defesa do património cultural e, dentro deste, ao património arqueológico.

Documento referencial é a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, produzida pelo Conselho da Europa, assinada em 1992, também designada por Carta de Malta, que ampliou e modernizou os princípios da Convenção de Londres, datada de 1969. Nela se estabelece o que se deve entender por património arqueológico, que inclui tanto estruturas e construções, como conjuntos históricos, sítios musealizados, ou objetos existentes no solo ou debaixo de água. O documento especifica também os critérios para a atuação no estudo e preservação do referido património, considerado como fonte da memória coletiva europeia e instrumento de estudo histórico e científico.

Para além de disciplina académica, a arqueologia tornou-se, também nas últimas décadas, numa área de investigação aplicada, pois teve que responder às necessidades do mercado, onde os trabalhos arqueológicos se destinam prioritariamente a evitar impactos negativos sobre o património. Esta prática determinou a emergência de um setor privado de atividade arqueológica, que se impôs na generalidade dos países. Assim nasceu a arqueologia contratual, que opera na rede da prestação de serviços especializados vinculados à gestão do património e que integra atividades variadas de documentação, de intervenção, de valorização, de consultadoria e de difusão cultural.

Globalmente falando, a história recente da arqueologia associa-se à consolidação e profissionalização da disciplina, em resultado do significativo crescimento da atividade arqueológica. Ela é também uma história feita de profundas mudanças no modo de pensar e fazer arqueologia, decorrentes da sua crescente interação com a sociedade e com a economia, que trouxe consigo problemas éticos que a arqueologia académica nunca se havia colocado e numerosas questões que suscitam um aceso debate relativo ao papel social do arqueólogo, às boas e más práticas de intervenção e à mercantilização do próprio património.

Neste horizonte de questões complexas, que exigem reflexão e que remetem para a necessidade de redimensionar os objetivos da prática arqueológica, julgamos poder sublinhar quatro mais-valias da arqueologia, que respondem à questão da sua relevância social.

Uma dessas mais-valias tem a ver como o seu capital cognitivo. De facto, a arqueologia situa-se entre as disciplinas capazes de responder a algumas das grandes questões que interessam a diferentes domínios e públicos. Entre elas, destacaríamos a origem e evolução do homem, a marca da sua humanidade, as origens da linguagem e do pensamento simbólico, o desenvolvimento da tecnologia, a interação com o meio, ou o colapso das civilizações. Mas a arqueologia permite também conhecer a experiência do outro, identificar o diferente, reconhecer a alteridade de outras culturas, de outras histórias, potenciando o debate sobre questões sociais relevantes, como a diversidade e o multiculturalismo, a memória histórica, ou o passado contemporâneo.

A outra mais-valia relaciona-se com o seu capital social. Na verdade, a arqueologia possui uma intrínseca relação com a sociedade, não só porque estuda comunidades do passado, cujos comportamentos interessam ao presente, mas também porque gera conhecimento e “patrimónios” que contribuem para a produção ativa de memórias e de identidades. Saber como outras comunidades lidaram com o meio ambiente, com as paisagens e os recursos pode ajudar a reequilibrar comportamentos atuais e aumentar a resiliência das populações relativamente às complexas mudanças em curso.

Uma terceira mais valia associa-se ao capital económico da arqueologia, decorrente da sua crescente articulação com a gestão do património, exercício

hoje indispensável no quadro do desenvolvimento de qualquer país. Atuando na esfera dos serviços culturais e sendo produtora de conteúdos e bens, através da cadeia de serviços que presta, mas também daqueles que gera como resultado da sua praxis, designadamente no setor do turismo e das chamadas indústrias culturais, a atividade arqueológica pode hoje ser classificada como um serviço intensivo de conhecimento.

Finalmente, uma quarta mais-valia associa-se ao capital de inovação e de transferência de conhecimento, uma vez que a arqueologia tem capacidade para, a partir do seu capital cognitivo, gerar novos saberes, novos conteúdos, ou novos produtos, com impacto na atividade económica global e nas práticas de construção social da realidade.

Os balanços críticos da evolução recente da arqueologia convergem no sentido da necessidade de se combaterem os piores efeitos do neoliberalismo económico sobre a praxis arqueológica. Na verdade, o desenvolvimento da arqueologia nas últimas décadas inseriu-se no âmbito de processos de modernização das sociedades, que implicaram grandes empreendimentos construtivos, contribuindo para a modificação do meio ambiente, para a desestruturação do tecido socioeconómico tradicional e para a erosão do registo arqueológico. Inevitavelmente, o crescimento e a profissionalização da arqueologia, bem como a sua integração na sociedade global, geraram múltiplas questões que alimentam acesa controvérsia sobre o papel social que a arqueologia deve assumir no futuro. Por isso, ela enfrenta hoje importantes desafios, quer como disciplina científica, quer como atividade profissional, os quais, sem por em causa as suas conquistas recentes, devem ajudar a reconfigurar os seus objetivos, a reavaliar estratégias de atuação e a redefinir protagonismos.

A arqueologia é reconhecidamente uma disciplina que opera com tempos distintos. Os que decorrem dos múltiplos passados que estuda e os que se ligam à relevância que os mesmos possuem na sociedade atual. A crescente consciência do peso que o presente assume na atividade arqueológica, para além de reforçar a sua natureza multitemporal, vem implicando uma valorização preferencial da cultura material e dos lugares, centrando a arqueologia

no estudo do património e das paisagens históricas. Neste contexto, a prática arqueológica deve inserir-se cada vez mais no âmbito do desenvolvimento das regiões e dos países, não num sentido reativo, como aconteceu no passado recente, em que invariavelmente atuou para minimizar impactos, mas num sentido proactivo, seja por via da sua maior participação no planeamento do território e dos seus recursos, seja através da aceitação da atividade arqueológica como serviço intensivo de conhecimento no setor cultural.

Reforçar o papel da arqueologia no ordenamento do território e, por via deste, no desenvolvimento social e cultural implica transformá-la numa prática científica que, para além de produzir conhecimento, possa atuar sobre as dinâmicas de construção e transformação da realidade, através dos recursos que pode gerar, mas, também, da implementação de políticas de gestão inovadoras, que respondam às reais necessidades das comunidades.

No horizonte de expectativas da disciplina configuram-se dois objetivos fundamentais: transformar-se numa verdadeira arqueologia pública, focada na relação da atividade arqueológica com os problemas culturais, sociais e políticos do mundo contemporâneo e inserir-se de pleno direito no *mainstream* da sociedade do conhecimento.

O património arqueológico é um recurso frágil que tem sido objeto de uma acelerada destruição e erosão nas últimas décadas devido aos processos de modernização que afetaram todos os países. Considerando o seu reconhecido interesse educativo, cultural, social e económico é fundamental substituir a lógica do interesse imediato, que regra geral determina a sua escavação, pelo da conservação, salvaguardando, assim o seu usufruto futuro. A preservação do património passará necessariamente pela utilização crescente de métodos não intrusivos no seu estudo e gestão, pelo melhoramento dos mecanismos legais de proteção e por uma maior sinergia entre aqueles que planificam o território, a administração, os arqueólogos e o público.

Mas, porque o património é sempre uma construção social e o resultado de um processo de seleção, que tem por base um conjunto de valores considerados importantes num determinado momento histórico, importa que a sua valorização não comporte apenas referentes economicistas, mas que seja

usado como fator de desenvolvimento social, desde logo nos locais em que se encontra. Trata-se de um processo sempre complexo, que envolve abordagens multidisciplinares, mas sobretudo uma participação ativa das comunidades na transformação do seu património num recurso, que deve prioritariamente ser interpretado, valorizado e integrado nas práticas da vida coletiva.

Embora não existam dados absolutos que permitam caracterizar o tecido empresarial da arqueologia portuguesa, ele é maioritariamente de pequena dimensão, fracamente capitalizado e fortemente dependente da construção civil, situação que fragiliza o setor em tempos de crise económica e que o impede de atuar em termos de inovação, quer de metodologias, quer de conhecimentos. Uma necessária reorganização do setor passará por uma reorientação da sua atividade sobretudo para a valorização e difusão do património arqueológico, serviços fundamentais para o desenvolvimento do turismo e da cultura.

Neste contexto, consideramos fundamental uma maior intervenção das universidades no processo de gestão do património, uma vez que são as instituições que estão naturalmente vocacionadas para estabelecer conceitos, critérios e metodologias de intervenção em novos campos de ação, porque são as naturais formadoras dos recursos humanos capazes de lidar com os novos desafios colocados pelo setor dos serviços culturais e porque são as únicas instituições que têm capacidade para associar a investigação, a inovação e a transferência de conhecimento.

A Universidade do Minho possui, nesta esfera de ação, o maior capital de experiência de prestação de serviços na área do património arqueológico, do conjunto das universidades portuguesas, realizada no âmbito da sua Unidade de Arqueologia, com trinta e quatro anos de atividade continuada, que reverte para os seus projetos de formação e ensino no âmbito da Arqueologia. Orgulhamo-nos, por isso, de formar os nossos alunos em contextos diversificados de atividades de investigação e de gestão patrimonial, preparando-os para o exercício de uma arqueologia que se pretende cada vez mais comprometida com a sociedade e com o futuro.

Longe de ser uma disciplina académica periférica que muitos consideram pouco ou nada contribuir para a resolução dos graves problemas que nos afrontam,

a arqueologia é hoje um domínio científico e uma atividade económica com relevância social, geradora de conhecimento útil e de serviços fundamentais na sociedade do conhecimento, muito embora careça de ser compreendida em toda a sua complexidade enquanto serviço intensivo de conhecimento, com relevância no setor das indústrias culturais e criativas, consideradas fundamentais pela União Europeia no âmbito do Programa quadro Estratégia 2020.

Sem dúvida que as Universidades têm aí um importante papel a desempenhar, sendo certo que a Universidade do Minho possui vantagens acrescidas nesse domínio, uma vez que sempre articulou o ensino da arqueologia com as boas práticas de gestão do património e com a inovação no estudo, valorização e divulgação dos sítios arqueológicos em que tem sido chamada a intervir.

Braga, 19 de Fevereiro de 2013.

Nota

¹ Este texto reproduz a “Oração de Sapiência” proferida na Universidade do Minho no dia 20 de Fevereiro de 2013, no quadro das comemorações do XXXIX aniversário da Universidade do Minho, que teve a duração de 20 minutos.